



**XVI CONGRESSO INTERNACIONAL  
GALEGO-PORTUGUÊS DE PSICOPEDAGOGIA**  
1, 2 e 3 de setembro de 2021, UMinho, Braga, Portugal

**ATAS**

Associação Científica Internacional de Psicopedagogia (ACIP)  
Universidade da Corunha, Universidade do Minho

Práticas de autoavaliação. Um estudo sobre os relatórios do 3º ciclo de  
Avaliação Externa das Escolas em Portugal

Self-evaluation practices. A study on the reports of the 3rd cycle of External  
School Evaluation in Portugal

Ila Beatriz Maia (<https://orcid.org/0000-0001-5740-8232>) \*, José Augusto Pacheco  
(<https://orcid.org/0000-0003-4623-6898>) \*

\* Universidade do Minho (UMinho), Centro de Investigação em Educação (CIEd)

Este trabalho é financiado por fundos nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., no âmbito do projeto PTDC/CED-EDG/30410/2017 e dos projetos UID/CED/01661/2019, Instituto de Educação, Universidade do Minho, através de fundos nacionais da FCT/MCTES-PT, CIEd - Centro de Investigação em Educação, Instituto de Educação, Universidade do Minho.

Autor de contacto: [ib.maia@hotmail.com](mailto:ib.maia@hotmail.com)

## Resumo

Nesta comunicação são analisadas as práticas de autoavaliação no contexto do 3º ciclo da Avaliação Externas de Escolas (AEE), em Portugal, tendo como objeto de estudo quer o referencial da avaliação, quer os relatórios das escolas avaliadas até março de 2020. A partir da metodologia de natureza qualitativa, com recurso à análise documental, tendo por base o processo de elaboração do referencial e os relatórios das escolas avaliadas até março de 2020 (n=77), procura-se resposta para esta questão de investigação: *Como é caracterizado o domínio da Autoavaliação nos relatórios da AEE de acordo com o modelo SWOT?* Os resultados indicam, por um lado, que os pontos fortes e as áreas de melhoria são utilizados em função da classificação atribuída às escolas e, por outro, que os pontos fortes estão relacionados com o campo de análise intitulado Desenvolvimento (Organização e Sustentabilidade da Autoavaliação; Planeamento Estratégico da Autoavaliação) e as áreas de melhoria com o campo de análise Consistência e Impacto (Consistência dos Critérios de Autoavaliação; Impacto das Práticas de Autoavaliação).

*Palavras-chave:* autoavaliação, avaliação institucional, avaliação externa, inovação.

## Abstract

This paper analyzes the practices of self-evaluation in the context of the 3rd cycle of the External School Evaluation (ESE), in Portugal, the object of study is the evaluation framework and the reports of schools evaluated until March 2020. From the qualitative methodology, using documental analysis, based on the elaboration process of the evaluation framework and the reports of schools evaluated until March 2020 (n=77), we seek an answer to this research question: *How is the domain of Self-Evaluation characterized in the reports of the ESE according to the SWOT model?* The results indicate, on the one hand, that the strengths and areas for improvement are used according to the rating assigned to the schools and, on the other hand, that the strengths are related to the field of analysis entitled Development (Organization and Sustainability of Self-evaluation; Strategic Planning of Self-evaluation) and the areas for improvement to the field of analysis Consistency and Impact (Consistency of Self-evaluation Criteria; Impact of Self-evaluation Practices).

*Keywords:* self-evaluation, institutional evaluation, external evaluation, innovation.

Ao considerar os contributos da Avaliação Institucional para a promoção de uma discussão baseada em diferentes abordagens por conta da sua natureza transdisciplinar e do seu impacto e efeitos, o estudo dos referenciais de avaliação envolve políticas, processos e práticas (Pacheco, Morgado & Sousa, 2020). A Avaliação Externa das Escolas (AEE), em Portugal, consiste num sistema de avaliação das escolas do ensino não superior, que pretende contribuir para a melhoria da qualidade do ensino e das aprendizagens, promovendo a inclusão de todas as crianças e os jovens, favorecendo a melhoria das escolas.

O estudo apresentado, de natureza qualitativa (Bogdan & Biklen, 1994), baseado na análise documental (relatórios de avaliação do 3º ciclo da Avaliação Externa das Escolas), incide na identificação e análise dos pontos fortes e das áreas de melhoria relativos ao domínio da autoavaliação. A questão de investigação está centrada na seguinte interrogação: *Como é caracterizado o domínio da Autoavaliação nos relatórios da AEE de acordo com o modelo SWOT?* Os resultados indicam, por um lado, que os pontos fortes e as áreas de melhoria são utilizados em função da classificação atribuída às escolas e, por outro, que os pontos fortes estão relacionados com o campo de análise intitulado Desenvolvimento (Organização e Sustentabilidade da Autoavaliação; Planeamento Estratégico da Autoavaliação) e as áreas de melhoria com o campo de análise Consistência e Impacto (Consistência dos Critérios de Autoavaliação; Impacto das Práticas de Autoavaliação).

### **Centralidade da autoavaliação na avaliação institucional**

Num dos textos clássicos sobre avaliação, e seguindo Stufflebeam, que é um dos autores mais evidenciados nos modelos de avaliação, Nevo (1986) propõe dez interrogações para a conceptualização da avaliação como forma de realçar as principais questões referidas pelas abordagens da avaliação, concretamente: Como é definida a avaliação? Quais são as funções da avaliação? Quais são os objetivos da avaliação? Que tipo de informação deve ser recolhida em relação a cada objeto de avaliação? Quais os critérios que devem ser utilizados para avaliar o mérito e o valor de um objeto de avaliação? A quem deve responder uma avaliação? Qual é o processo de realizar uma avaliação? Que métodos de inquérito devem ser utilizados na avaliação? Quem deve realizar a avaliação? *Que standards* devem ser avaliados e julgados?

Tratando-se da avaliação institucional, amplamente incluída, numa primeira fase, nos estudos sobre avaliação de programas e projetos, mas que, entretanto, se constituiu num objeto específico da avaliação, de acordo com as orientações que têm sido formuladas por organizações transnacionais, como é o caso do Banco Mundial (BM) e da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE), e supranacionais, por exemplo, a União

Europeia (UE), salientamos neste texto a questão que diz respeito aos *standards* e referenciais de avaliação.

Ao considerar os contributos da avaliação institucional para a promoção de uma discussão baseada em diferentes abordagens por conta da sua natureza transdisciplinar e do seu impacto e efeitos, a questão dos *standards* está incluída no estudo dos referenciais de avaliação, que, por sua vez, envolvem o estudo de políticas, processos e práticas (Pacheco, Morgado & Sousa, 2020), conforme objetivos bem diferenciados. Numa era em que predomina o conhecimento quantitativo, calculista e baseado em dados (Williamson, 2017), as políticas de *accountability* estabelecem novas formas de eficiência baseadas na evidência dos resultados e na responsabilização das pessoas. Os processos e as práticas de avaliação institucional interrelacionam-se com as políticas e estas dependem de um conceito de avaliação orientado para a qualidade baseada em resultados, em que é fundamental a autoavaliação.

Tanto no ensino superior como nos ensinos básico e secundário, a avaliação institucional é estruturada e organizada em função da responsabilização da própria instituição, através da efetivação do sistema de garantia da qualidade, no ensino superior, e da equipa de autoavaliação, no ensino não superior, na medida em que a avaliação interna é fortemente valorizada nos procedimentos de avaliação externa. A tendência é a de as escolas dos ensinos básico e secundário implementarem um sistema de garantia da qualidade (Rice, Hooley & Crebbin, 2021) como mecanismo de reforço da autoavaliação, mais orientado pela diversidade de perspetivas e formas de participação do que pela uniformização de práticas, como propõem Skerritt, O'Hara, Brown McNamara e O'Brien (2021).

Porém, no ensino não superior da grande maioria dos países da UE, a autoavaliação segue um referencial implementado pela Inspeção, mesmo que a sua elaboração siga orientações do governo, persistentemente baseado na evidência da investigação realizada ou no conhecimento de evidências partilhadas internacionalmente (Segerholm, Lindgren & Novak, 2021). Por conseguinte, a construção de referenciais de avaliação externa engloba a autoavaliação como elemento fulcral da avaliação interna, com a tendência para a valorização do modelo SWOT.

A AEE, em Portugal, consiste num sistema de avaliação das escolas do ensino não superior, que pretende contribuir para a melhoria da qualidade do ensino e das aprendizagens, promovendo a inclusão de todas as crianças e os jovens, favorecendo a melhoria das escolas. O 3º Ciclo da AEE tem por base um Grupo de Trabalho (Abrantes, 2018; Pacheco, Fialho & Sousa, 2021), que propôs um referencial baseado na continuidade da experiência já acumulada e na articulação com as políticas educativas, centradas na valorização do sucesso educativo e

dos projetos de inovação pedagógica. Do referencial implementado (Abrantes, 2018; IGEC, 2019) consta a autoavaliação como domínio autónomo, consagrando um processo de avaliação institucional das escolas orientado pela sua ação organizacional, curricular e pedagógica, bem como uma conceção de avaliação externa fundamentada em práticas internas de avaliação.

### **Metodologia**

O estudo apresentado, de natureza qualitativa (Bogdan & Biklen, 1994), baseado na análise documental (relatórios de avaliação do 3º ciclo da Avaliação Externa das Escolas) incide na identificação e análise dos pontos fortes e das áreas de melhoria relativos ao domínio da autoavaliação. A questão de investigação está centrada na seguinte interrogação: *Como é caracterizado o domínio da Autoavaliação nos relatórios da AEE de acordo com o modelo SWOT?*

Da avaliação realizada até ao momento no 3º ciclo de AEE, iniciado em 2018, mas suspenso em março de 2020 devido à pandemia de Covid-19, foram avaliadas 77 escolas ou Agrupamentos de escolas, a nível nacional, em função de um referencial com quatro domínios: Autoavaliação; Prestação do Serviço Educativo; Liderança e Gestão; Resultados. Cada domínio está organizado em campos de análise, referentes e indicadores, correspondendo o da autoavaliação a dois campos de análise, a quatro referentes e a 15 indicadores (Tabela 1):

**Tabela 1***O domínio da autoavaliação no referencial da AEE*

<b>Campos de análise</b>	<b>Referentes</b>	<b>Indicadores</b>
Desenvolvimento	<b>Organização e Sustentabilidade da Autoavaliação</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Procedimento(s) sistemático(s) de autoavaliação da escola</b></li> <li>• <b>Articulação da autoavaliação da escola com os restantes processos de avaliação que ocorrem na escola</b></li> <li>• <b>Auscultação e participação abrangentes da comunidade educativa</b></li> </ul>
	Planeamento Estratégico da Autoavaliação	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Adequação da autoavaliação à realidade da escola</li> <li>• Centralidade do processo de ensino e aprendizagem</li> <li>• Existência de estratégias de comunicação e de reflexão acerca dos resultados da autoavaliação com a comunidade educativa</li> </ul>
Consistência e Impacto	<b>Consistência dos Critérios da Autoavaliação</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Abrangência do processo de recolha de dados</b></li> <li>• <b>Rigor do processo de análise dos dados</b></li> <li>• <b>Melhoria contínua do processo de autoavaliação</b></li> <li>• <b>Monitorização e avaliação das ações de melhoria</b></li> </ul>
	Impacto das Práticas da Autoavaliação	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Evidências da autoavaliação na melhoria organizacional da escola</li> <li>• Evidências da autoavaliação na melhoria do desenvolvimento curricular</li> <li>• Evidências da autoavaliação na melhoria do processo de ensino e de aprendizagem</li> <li>• Evidências da autoavaliação na definição das necessidades de formação contínua e avaliação do seu impacto</li> <li>• Evidências do contributo da autoavaliação para a melhoria da educação inclusiva (implementação das medidas curriculares, afetação de recursos e funcionamento das estruturas de suporte)</li> </ul>

A recolha de dados foi realizada, através da análise de conteúdo (Esteves, 2006), tendo como *corpus* documental os relatórios divulgados pela IGEC na página-Web, consistindo, numa primeira fase, na identificação dos pontos fortes e das áreas de melhoria e, numa segunda,

na sua distribuição por campos de análise e referentes. No total, dos 77 relatórios de avaliação externa há 112 pontos fortes e 104 áreas de melhoria.

### **Apresentação e discussão dos resultados**

Da identificação dos pontos fortes registados nos relatórios de avaliação externa (Tabela 2), verifica-se que estão distribuídos, considerando os campos de análise referentes ao domínio Autoavaliação, mais pelo Desenvolvimento (53,6%) do que pela Consistência e impacto (46,4%). No que respeita aos referentes, a distribuição segue a seguinte ordem: Organização e sustentabilidade da autoavaliação (36,6%); Consistência das práticas de autoavaliação (29,4%); Planeamento estratégico da autoavaliação (17%); Impacto das práticas de autoavaliação (17%).

**Tabela 2**

*Distribuição dos pontos fortes por campos de análise e referentes*

<b>Campos de análise</b>	<b>Referentes</b>
Desenvolvimento (53,6%)	Organização e sustentabilidade da autoavaliação (36,6%) Planeamento estratégico da autoavaliação (17%)
<b>Consistência e impacto (46,4%)</b>	<b>Consistência das práticas de autoavaliação (29,4%)</b> <b>Impacto das práticas de autoavaliação (17%)</b>

Relativamente às áreas de melhoria (Tabela 3), regista-se que a distribuição abrange sobretudo o campo de análise Consistência e impacto (71,2%), com valores mais baixos para o do Desenvolvimento (28,8%). Consequentemente, são mais distribuídas as áreas de melhoria pelos referentes Consistência das práticas de autoavaliação (55,8%), Organização e sustentabilidade da autoavaliação (19,2%), Impacto das práticas de autoavaliação (15,4%) e Planeamento estratégico da autoavaliação (9,6%).

**Tabela 3**

*Distribuição das áreas de melhoria por campos de análise e referentes*

<b>Campos de análise</b>	<b>Referentes</b>
Desenvolvimento (28,8%)	Organização e sustentabilidade da autoavaliação (19,2%) Planeamento estratégico da autoavaliação (9,6%)
<b>Consistência e impacto (71,2%)</b>	<b>Consistência das práticas de autoavaliação (55,8%)</b> <b>Impacto das práticas de autoavaliação (15,4%)</b>

Tal como noutros estudos, por exemplo, no de Aderet-German e Bem-Peretz (2020), as práticas de autoavaliação de uma rede de escolas são utilizadas como processo de melhoria institucional, baseando-se na "utilização de dados de reforço" provenientes dos pontos fortes e das áreas de melhoria, de modo a promover uma atitude em relação aos processos de avaliação e aos seus efeitos subsequentes. Este é, aliás, um dos objetivos do referencial do 3º. ciclo da avaliação externa (Abrantes, 2018). Num estudo empírico sobre a perceção que os professores têm quanto a esses objetivos (Pacheco, Barreira, Borges, Sousa & Maia, 2021) os inquiridos afirmam que o referencial tem sido essencial para identificar os pontos fortes e as áreas prioritárias com vista à melhoria da ação educativa das escolas (68,8%), para identificar os pontos fortes e as áreas prioritárias com vista à melhoria do planeamento das escolas (66,1%) e para identificar os pontos fortes e as áreas prioritárias com vista à melhoria da gestão das escolas (56,1%). Constatou-se, assim, que o modelo SWOT é bastante utilizado nos processos de avaliação externa das escolas, constituindo um dos principais mecanismos de realização da autoavaliação (Skerritt, O'Hara, Brown McNamara & O'Brien, 2021).

Contudo, os resultados do estudo qualitativo, tendo como objeto os pontos fortes e as áreas de melhoria do domínio da Autoavaliação constante dos relatórios de avaliação externa, revelam que nos campos de análise, por um lado, há mais equilíbrio dos pontos fortes e, por outro, mais discrepância das áreas de melhoria. Destaca-se o valor de 71,2% das áreas de melhoria distribuídas pelo campo de análise Consistência e impacto, demonstrando que a Consistência das práticas de autoavaliação (55,8%) carece de uma melhoria significativa. Deste modo, os dados evidenciam que o Desenvolvimento da autoavaliação das escolas avaliadas no 3º ciclo da AEE está consolidado, principalmente pela Organização e sustentabilidade e pelo Planeamento estratégico, carecendo, todavia, de uma melhoria na Consistência das práticas de autoavaliação.

É pela identificação dos pontos fortes e das áreas de melhoria que a Inspeção implementa um referencial de avaliação externa baseado na evidência de orientações internacionais (Segerholm, Lindgren & Novak, 2021). Trata-se de uma prática de avaliação externa baseada na evidência de dados, em que a autoavaliação é um mecanismo fundamental da avaliação interna/autoavaliação através do modelo SWOT.

Numa análise global dos dados observa-se que as boas práticas de autoavaliação estão relacionadas com os seguintes pontos fortes: um modelo abrangente e consistente de autoavaliação; o perfil da equipa de autoavaliação, com formação específica, técnica e científica, para desenvolver o processo de autoavaliação; o ajuste da autoavaliação à realidade da escola; o envolvimento da comunidade educativa no processo de autoavaliação; a

confluência dos procedimentos de avaliação interna e autoavaliação; o impacto da autoavaliação nos processos de melhoria; os procedimentos metódicos, regulares e abrangentes da autoavaliação; a divulgação dos resultados da autoavaliação; a qualidade técnica dos relatórios de autoavaliação; a melhoria contínua do processo de autoavaliação; a elaboração de planos de melhoria; a monitorização dos resultados académicos; o impacto na melhoria organizacional, nas práticas pedagógicas, no desenvolvimento curricular e na promoção da educação inclusiva, dentre outros.

### **Conclusão**

Na medida em que os referenciais de AEE se têm consolidado, numa linha de continuidade e com mudanças originadas pelas políticas educativas, como aconteceu em Portugal em 2018 (Pacheco, 2019), através da publicação de normativos orientados para o sucesso educativo e para a inclusão, a autoavaliação é um dos domínios com mais centralidade. Os dados deste estudo, na base de uma análise qualitativa dos 77 relatórios publicados pela IGEC no âmbito do 3º ciclo de AEE e centrados no domínio da Autoavaliação, indicam que os pontos fortes deste domínio estão mais concentrados no campo de análise Desenvolvimento e as áreas de melhoria são mais reportadas ao campo de análise Consistência e Impacto, demonstrando a relevância do modelo SWOT para as práticas de autoavaliação. Tais resultados sugerem que o referencial de AEE pode originar uma prática de autoavaliação homogénea nas escolas, como se verifica noutros estudos (Skerritt, O'Hara, Brown McNamara & O'Brien, 2021), sem o reconhecimento da diversidade de contextos.

Deste modo, e para uma melhor compreensão da diversidade das práticas de autoavaliação das escolas, a realização de estudos de caso pode constituir-se numa metodologia adequada não só para a clarificação de tais práticas, como também para uma análise fundamentada da autoavaliação, incluindo ainda o seu contributo para a implementação de práticas de inovação curricular.

### **Referências**

- Abrantes, P. (Coord.). (2018). *Avaliação externa das escolas – proposta de modelo para o 3.º ciclo de avaliação*. Ministério da Educação.
- Aderet-German, T., & Ben-Peretz, M. (2020). Using data on school strengths and weaknesses for school improvement. *Studies in Educational Evaluation*, 64(1), 1-9. doi: 10.1016/j.stueduc.2019.100831
- Bogdan, R.C., & Biklen, S.P. (1994). *Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos*. Porto Editora.

- Esteves, M (2006). Análise de conteúdo. In J.Á. Lima & J.A. Pacheco (Org.), *Fazer investigação. Contributos para a elaboração de dissertações e teses* (105-126). Porto Editora.
- Inspecção-Geral da Educação e Ciência. (2019). *Terceiro Ciclo da Avaliação Externa das Escolas - Quadro de referência*. [https://www.igec.mec.pt/upload/AEE3\\_2018/AEE\\_3\\_Quadro\\_Ref.pdf](https://www.igec.mec.pt/upload/AEE3_2018/AEE_3_Quadro_Ref.pdf)
- Nevo, D. (1986). The conceptualization of educational evaluation: an analytical review of the literature. In E.R. House (Ed.), *New directions in educational evaluation* (15-29). Routledge.
- Pacheco, J.A. (2019). *Inovar para mudar a escola*. Porto Editora.
- Pacheco, J.A., Barreira, C., Borges, F., Sousa, J., & Maia, I.B. (2021). *Mecanismos de mudança nas escolas e na inspeção. Alguns resultados preliminares*. Comunicação apresentada no Encontro com a Ciência e Tecnologia em Portugal. Lisboa: FCT.
- Pacheco, J.A., Fialho, I., & Sousa, J. (2021). Modelo do 3º ciclo de Avaliação Externa de Escolas. Braga: Universidade do Minho (documento policopiado).
- Pacheco, J.A., Morgado J.C., & Sousa, J. (Eds.). (2020). *Avaliação institucional: perspetivas teórico-conceptuais*. Porto Editora.
- Rice, S., Hooley, T., & Crebbin, S. (2021): Approaches to quality assurance in school-based career development: policymaker perspectives from Australia. *British Journal of Guidance & Counselling*. doi: 10.1080/03069885.2021.1919860
- Segerholm, C., Lindgren, J. & Novak, J. (2021). Evidence-based governing? Educational research in the service of the Swedish Schools Inspectorate. *Scandinavian Journal of Educational Research*, 1-16. doi: 10.1080/00313831.2021.1897882
- Skerritt, C., O'Hara, J., Brown, M., McNamara, G., & O'Brien, S. (2021): Enacting school self-evaluation: the policy actors in Irish schools. *International Studies in Sociology of Education*, 1-23. doi: 10.1080/09620214.2021.1886594
- Williamson, B. (2017). *Big data in education. The digital future of learning, policy and practice*. Sage.